



e - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas, sem fins lucrativos.

10 - No que se refere às declarações de direitos, aos direitos e garantias individuais e coletivos e, ainda, ao princípio da legalidade e ao princípio da isonomia, julgue os itens subsequentes:

I - A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia constitui a primeira declaração de direitos fundamentais em sentido moderno, sendo anterior à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa;

II - As garantias institucionais, uma decorrência dos direitos fundamentais de segunda geração, tiveram papel importante na transformação do Estado em agente concretizador dos direitos coletivos ou de coletividades, sociais, culturais e econômicos;

III - Segundo a doutrina, os efeitos horizontais dos direitos, liberdades e garantias individuais dizem respeito às suas limitações recíprocas, na ordem constitucional;

IV - No caso brasileiro, a aplicação do princípio da legalidade a uma matéria não afasta a possibilidade de que seja ela regulada por um ato equiparado à lei formal, sob certas condições expressas no texto constitucional;

V - O princípio da isonomia, em seu sentido de igualdade formal, não admite o tratamento diferenciado entre os indivíduos.

a - Somente estão corretas as de números III e IV;

b - Todas estão corretas;

c - Somente estão erradas as de números I e V;

d - Somente estão corretas as de números I, II e IV;

e - Nenhuma das alternativas está correta.

11 - Considerando o modelo de organização do Estado brasileiro, assinale a opção incorreta:

a - O plebiscito às populações interessadas é condição necessária à criação de município;

b - Compete privativamente à União legislar sobre registros públicos;

c - Em matéria de legislação concorrente, o estado está autorizado a legislar plenamente, na ausência de normas gerais da União;

d - É vedada a criação de tribunal de contas municipal para o exercício do controle externo;

e - É causa de intervenção federal a inobservância da forma republicana e do sistema representativo por qualquer município.

12 - Em relação ao Estado federal e à Federação brasileira, julgue os itens seguintes:

I - Nos Estados modernos, na repartição das competências entre as entidades componentes do Estado federal, as constituições têm combinado as técnicas de definição de poderes enumerados, remanescentes ou indicados com a possibilidade de delegação e com o estabelecimento de áreas comuns de competência ou de setores concorrentes;

II - A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em favor da União, em matéria tributária, uma competência legislativa residual;

III - Como Federação, o Brasil sempre contará com autonomia legislativa dos Estados, sem que existam limites a essa autonomia;

IV - A Federação Brasileira é composta pela União, Estados e um Distrito Federal, tendo os Municípios autonomia em temas de seu particular interesse nos termos da respectiva Lei Orgânica;



V - Como República, o Brasil conta com o exercício do poder político em caráter eletivo, transitório e com responsabilidade.

- a - Todas estão corretas;
- b - Somente estão corretas as de números II, IV e V;
- c - Somente estão erradas as de números I e V;
- d - Somente estão corretas as de números I, II e V;
- e - Nenhuma das alternativas está correta.

13 - Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta:

- a - O Estado de Mato Grosso do Sul edita medidas provisórias com autorização do STF fundada no entendimento de que está implícita, na Constituição Federal, tal competência do governador, independentemente de previsão constitucional local;
- b - Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa congressual são tomadas por maioria absoluta dos votos, presente a maioria de seus membros;
- c - As emendas constitucionais são aprovadas em dois turnos de votação, necessitando do voto de mais de 65% dos parlamentares de cada Casa do Congresso Nacional;
- d - A regra que versa sobre a iniciativa privativa do Presidente da República para deflagrar processo de elaboração de leis que disponham sobre remuneração dos servidores públicos é de observância obrigatória nos estados, não podendo as constituições locais permitir iniciativa parlamentar para a hipótese;
- e - Nenhuma das alternativas estão corretas.

14 - Analise os itens a seguir e responda:

- I - É privativa da União Federal quando se tratar de trânsito e transporte, inclusive normas para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;
- II - Sobre direito ambiental é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, limitando-se a competência da primeira a estabelecer normas gerais que não excluam a competência suplementar dos Estados;
- III - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado;
- IV - Sobre custas dos serviços forenses é competência privativa dos Estados .

- a - Apenas estão erradas as de números III e IV;
- b - Todas estão corretas;
- c - Apenas estão corretas as de números II e III;
- d - Somente a de número II está correta;
- e - Nenhuma das alternativas está correta.

15 - Em relação ao STF, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à justiça federal, julgue os itens subseqüentes:

- I - Segundo o entendimento do STF, não constitui afronta à sua competência o processamento e o julgamento, pelos tribunais estaduais, de uma ação civil pública cujo único objeto seja a discussão da constitucionalidade de uma lei federal, em tese, uma vez que da decisão caberá recurso ao STF;
- II - É da competência do STF julgar as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão julgar válida lei local contestada em face de lei federal;
- III - É da competência originária do STJ processar e julgar os conflitos de atribuição entre autoridades judiciárias dos estados e municípios e autoridades administrativas da União, com ou sem risco para o princípio federativo;



IV - É da competência do STJ julgar as causas decididas em única ou última instância, quando se questiona ato de governo local em face de lei federal;

V - Todos os crimes praticados a bordo de um navio ou uma aeronave, será da competência da justiça federal.

- a - Apenas estão corretas as de números II, IV e V;
- b - Apenas estão corretas as de números I, III e V;
- c - Apenas estão corretas as de números II e IV;
- d - Somente a de número IV está correta;
- e - Nenhuma das alternativas está correta.

16 - Compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro e Município:

- a - Ao Supremo Tribunal Federal;
- b - Ao Superior Tribunal de Justiça;
- c - Aos Juízes Federais;
- d - Aos Tribunais Regionais Federais;
- e - Aos Juízes Estaduais.

17 - Com referência à fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos recursos públicos, assinale a opção correta:

- I - Os recursos voluntários repassados pela União ao Estado, ao Distrito Federal ou a município submetem-se à exclusiva fiscalização do respectivo Tribunal de Contas do Estado;
- II - A fiscalização financeira orçamentária no âmbito federal incumbe ao Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder;
- III - O Tribunal de Contas do Estado tem competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal apenas da administração direta estadual que se submetam ao regime estatutário;
- IV - É função do Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deve ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento;
- V - Tanto o Tribunal de Contas da União quanto o Tribunal de Contas dos Estados têm competência para sustar diretamente os contratos lesivos ao patrimônio público que lhes sejam afetos.

- a - Somente a de número II está correta;
- b - Todas estão corretas;
- c - Somente estão corretas as de números I, III e IV;
- d - Somente as de número II, IV e V estão corretas;
- e - Nenhuma das alternativas está correta.

18 - De acordo com a política agrícola e fundiária, prevista na Constituição Federal, podemos afirmar que:

- I - A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de acordo com a jurisprudência do STF, pode ser considerada como um dos instrumentos que habilita o Estado a alcançar suas finalidades econômicas e sociais;
- II - A vedação do resgate dos títulos de dívida agrária antes de dois anos de sua emissão, prevista no artigo 184 da CF/88, circunscreve-se tanto aos títulos emitidos para pagamento da "desapropriação-sanção" quanto nos casos dos títulos emitidos na desapropriação feita por "compra e venda";



- III - A função social da propriedade é cumprida quando atende a um destes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores;
- IV - Toda alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional;
- a - Somente estão corretas as de números I, III e IV;
b - Somente estão corretas as de números I e III;
c - Somente estão corretas as de números I e IV;
d - Somente a de número I está correta;
e - Nenhuma das alternativas está correta.
- 19 - Determinado cidadão move ação popular com o objetivo de anular ato que pode se afigurar lesivo ao meio ambiente, praticado por dirigente de órgão público vinculado à Administração Direta. Citada a pessoa jurídica de direito público para os termos da inicial:
- a - Estará ela obrigada a contestar a ação, defendendo a legalidade do ato e o agente público;
b - Estará ela obrigada a contestar a ação, sem que isso implique defesa do agente público;
c - Não poderá ela contestar a ação, ficando a defesa a cargo do Ministério Público;
d - Poderá ela abster-se de contestar a ação, se tal medida for útil ao interesse público;
e - Não deverá ela contestar a ação, pois a defesa compete exclusivamente ao agente público.
- 20 - Para a produção de Lei que regule a preservação de uma área de floresta, situada no Estado tal e no Município "M" (que tem nela sua mais importante área de lazer), distante três quilômetros e meio da margem de um rio de médio porte:
- a - A edição de lei municipal impede a edição de lei federal;
b - A edição de lei federal e estadual impede a edição de lei municipal;
c - Podem ser editadas leis federal, estadual e municipal;
d - Edição de lei federal impede a edição de lei municipal;
e - Edição de lei estadual impede a edição de lei federal.
- 21 - Sobre a forma do cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, assinale a alternativa correta:
- a - É calculado com base no valor da última remuneração;
b - É calculado com base na média das remunerações percebidas somente no serviço público;
c - Serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor percebidas na condição de servidor público e também quando do desempenho da atividade privada;
d - Está previsto na CRFB a forma de cálculo quando o participante houver contribuído parte de sua vida laborativa para o Regime Geral de Previdência Social e nos Regimes Próprios de Previdência Social;
e - Para o cálculo dos proventos leva-se em conta o princípio da integralidade.
- 22 - Com relação ao regime próprio de previdência dos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:



- a - É estruturado com apoio em um sistema de repartição simples;
- b - É baseado no princípio da solidariedade;
- c - À semelhança do que ocorre no Regime Geral de Previdência Social, o ente federativo assumiu a condição de patrocinador do regime básico dos servidores;
- d - A forma básica de organização consiste na cobrança de contribuição que possibilite o pagamento dos próprios benefícios e das demais despesas de administração, com a formação de um fundo de reserva individualizado de capitalização;
- e - O direito a Regime Próprio não é norma auto-aplicável, é necessária a regulamentação pelo ente estatal.

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

- 23 - Uma associação privada, sem fins lucrativos, celebra convênio com o Estado e recebe verba pública para reformar uma biblioteca de uma escola estadual. A Secretaria de Estado responsável pelo repasse do dinheiro faz consulta à Procuradoria Geral do Estado para saber sobre a obrigatoriedade de licitação. Neste caso, o parecer correto é:
- a - A associação é obrigada a fazer licitação, na modalidade concorrência, independentemente do valor a ser contratado;
 - b - A associação é obrigada a fazer licitação, em virtude de ter recebido dinheiro público, mas a modalidade depende do valor das obras e serviços, conforme art. 23 da Lei 8666/93;
 - c - A associação não é obrigada a fazer licitação por ausência de previsão legal, devendo apenas prestar contas do uso de dinheiro público;
 - d - A Lei Federal 8666/93 também se aplica às associações privadas que recebem verbas públicas, mas a licitação no caso é dispensável, em virtude do objeto contratado;
 - e - A associação não tem obrigação de licitar nem de prestar contas do dinheiro, por se tratar de instituição privada sem fins lucrativos.
- 24 - A respeito da Lei de Licitação (Lei Federal 8666/93), marque a alternativa correta, após análise das proposições:
- I - A licitação é dispensável no caso de guerra ou grave perturbação da ordem bem como para contratação de associação de portadores de deficiência física ou instituição dedicada a recuperação do preso, desde que idôneas e sem fins lucrativos;
 - II - A licitação é inexigível para contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 da Lei 8666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização ou que realizem serviços de publicidade e divulgação;
 - III - Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato de autoridade competente, sem adoção do procedimento licitatório.
- a - Todas as proposições estão certas;
 - b - Todas as proposições estão erradas;
 - c - Apenas a proposição I está certa;
 - d - Apenas a proposição II está incorreta;
 - e - Apenas a proposição III está certa.
- 25 - Um funcionário público ocupante de cargo em comissão é dispensado em virtude de improbidade administrativa, através de ato direto e fundamentado de seu superior hierárquico, publicado no Diário Oficial. O funcionário decide propor ação judicial para anular o ato de exoneração e ser reconduzido ao cargo, sob o argumento de que não